

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



O Tripeiro, Porto, 1908 – (1974)

Um periódico como *O Tripeiro* destaca-se pelas suas muitas singularidades no mercado editorial português entre as publicações consagradas à História. Mesmo não se podendo classificar integralmente como título de domínio historiográfico, aliás concebido e coexistindo à margem dos meios académicos institucionais, a sua missão original foi sendo acolhida e preservada pelos historiadores, curiosos e o público em geral assegurando o feito raro de comemorar o centenário da sua marca. Entre a sua fundação em 1908 até 1974, longevidade com naturais interregnos e mudanças de diretores que procuraram manter uma mesma matriz identitária, contabilizam-se 6 séries, de 36 anos, 508 números e mais de 11 mil páginas, que o certificam como um dos melhores exemplos de uma divulgação atrativa e transversal da historiografia portuguesa entre a fixação da memória coletiva e a erudição científica. Desde o primeiro número idealizado como «repositório de notícias portugalenses antigas e modernas» perpetuador da vida cultural, patrimonial, social e da história da cidade do Porto, tal reduto ainda que preferencial nunca se transformou em enclausuramento, quer na transfiguração de jornal em revista, quer por uma certa compleição enciclopédica, constituindo-se como um legado imprescindível e de alto valor enquanto uma das mais completas fontes históricas sobre a Invicta e as suas gentes. Além de conceder espaço a entradas relativas dos concelhos limítrofes até à amplitude da própria região norte, soube também fomentar uma feliz convergência de artigos jornalísticos e académicos sobre o passado, o presente e até reflexões para o futuro em temáticas diversificadas da História, Arqueologia, Etnografia, História da Arte e Sociologia.

Alfredo Ferreira de Faria (1867-1930) foi o impulsionador do periódico com tais características patenteadas logo na 1.^a série, recobrando o título a outra efémera publicação local, proprietário e diretor do novo *O Tripeiro: repositório de notícias portugalenses*, jornal trimestral cujo ano I (1908-1909) compreende 36 fascículos e prontamente alcançou uma comercialização nacional. O próprio fundador era o principal subscritor da maioria dos artigos, por vezes simples transcrições de notícias na imprensa e de livros de historiadores ou literatos coevos e perecidos, contando-se como redatores mais assíduos: Alberto Bessa, J. Gomes de Macedo, Pedro Victorino, Alberto Pimentel ou Silva Leal. Ao nível gráfico acompanhando o gosto da época, com destaque para as ilustrações e litografias de relevantes artistas, ficava matizado na capa o



brasão da cidade e três divisas: «Pelo Porto» (Club Fenianos), «Honra e Fama» (Club Girondinos) e «Recordar-se, consolar-se» (A. Herculano). O editorial preambular revelava os seus objetivos, âmbito e público-alvo numa diretriz que iria nortear os números vindouros: «evocação do passado, expositor do presente e um estímulo para as gerações vindouras», englobando os factos do passado e atuais dos acontecimentos históricos, do património material e imaterial da cidade, das aspirações, polémicas, cenas emotivas e dos tipos populares dos seus cidadãos naturais ou perfilhados, almejando-se a premissa de uma eventual coleção monográfica sobre o Porto. Não se olvidava também o desejo de que tais apontamentos importantes e fidedignos pudessem servir como material documental para o desenvolvimento de trabalhos historiográficos e até de monografias da cidade do Porto, fruindo do acesso privilegiado aos arquivos das vereações do Porto e de Vila Nova de Gaia.

Nesta linha os sumários apresentam um leque de escritos multifacetados: lendas e tradições, biografias das personalidades distintas, monumentos, imprensa, instituições, espetáculos teatrais e tauromáquicos, momentos marcantes da vida cidadina, etc.; alguns elencados ao longo dos números em secções próprias como: “Portuenses d’hontem e d’hoje”, “Tipos populares do Porto”, “O Porto descrito por estrangeiros” ou “O que dizem de nós”. Porventura, a mais original destas terá sido a de “Correspondência entre leitores”, convidando os mesmos a colocar perguntas ou esclarecimentos sobre factos e vivências, oportunamente respondidas pelos colaboradores ou outros leitores. A adoção de tal programa universalista e indiferenciado de índole cultural e científica, conquanto votado fundamentalmente à essência histórica, visava alcançar um público indistinto de género e intelectos através de uma linguagem acessível e coloquial, sem floreios eruditos e com recurso à gravura como um complemento inteligível da leitura. De resto, definindo à partida esse público-alvo como o cidadão portuense ou seus admiradores num periódico «mais portuense do que todos os outros, desinteressadamente patriótico», a inflexão pelas notas e documentos das áreas circundantes como as de Gaia, Matosinhos ou Maia, extravasavam o mero plano portuense em favor de uma crescente abrangência regional e nacional. No confronto de um programa tão vasto torna-se inexequível sintetizar, entre tantas linhas temáticas abordadas, as principais tendências e debates historiográficos ou problemáticas e conceitos históricos mais utilizados, tendencialmente associados a estudos de episódios e personalidades da cidade e da região norte em geral, facto que se manterá ao longo das seis séries analisadas no respeito dos seus sucessores por esta conceção primordial.

Em inteira continuidade com esta caracterização concorrem os outros 36 fascículos do ano II (1909-1910), na qual foram incluídas novas secções como: “Efemérides”, “Notas ao Tripeiro” ou “Escavações históricas portuenses”, acrescendo-se como novos colaboradores, alguns sob pseudónimos há muito omissos, como: Pedro A. Dias, Sampaio Bruno, Rocha Peixoto ou Adolfo Loureiro; nomes diretamente articulados com o forte dinamismo cultural e artístico da cidade do Porto na transição para o século XX, inclusive do próprio movimento republicano. O *Tripeiro* enquadrava-se perfeitamente neste contexto, com o

seu diretor a partilhar a visão do conhecimento da História como fator de identidade e afirmação individual e coletiva, tão mais importante num momento de instabilidade política, aceitando pela heterogeneidade de cooperações uma mescla de correntes historiográficas entre a liberal, positivista ou historicista. Se é certo que o confronto desse involuntário diálogo historiográfico permitiu subjugar algumas dessas limitações metodológicas, também inovou ao possibilitar o cruzamento de visões e conceções da História enquanto ciência. A transição para a 1.^a República verificou-se durante o ano III (1910-1913) e a defesa do novo regime mereceu destaque nas suas páginas, intervindo em discussões sobre os símbolos nacionais e o elogio às figuras e movimentos que o precederam, só que as vicissitudes na sua tiragem começaram a fazer-se sentir e a exigir mudanças em concordância com as transformações político-sociais. Da edição trimensal passou-se à mensal em 1912, momento a partir do qual a direção passa a ser partilhada com o irmão Guilherme Ferreira de Faria, terminando os acostumados 36 fascículos sem qualquer justificação passado um ano.

Nova tentativa da sua restauração veio a verificar-se no primeiro semestre de 1919, por obstinação do fundador aos apelos dos antigos colaboradores e leitores, com uma 2.^a série de 12 fascículos sem alterações aos conteúdos gráficos e editoriais e de tiragem quinzenal, acentuando o desejo da redação de salvaguardar e difundir toda a documentação relativos à história da cidade e da região norte, que passara a beneficiar com o ensino da História na 1.^a Faculdade de Letras do Porto (1919-1931). Plausivelmente, o crescimento da inflação económica no pós-guerra, que determinara já a redução de páginas para contenção de custos, poderá ter sido uma das razões para este aparecimento fugaz, no qual participaram autores estreantes como: J. A. Pires de Lima, Carlos de Passos ou António Arroio. O derradeiro ensaio de Alfredo Ferreira de Faria de reaver a publicação em idênticos moldes para uma 3.^a série (1926-1927), após anúncio num número único de finais de 1925, resultou em dois novos anos com 48 novos números visados pela comissão de censura e uma reformulação gráfica da capa, que passa a apresentar gravuras com pequenas legendas sobre monumentos, personalidades, heráldica ou litografias. Na reformulação de algumas secções emergem novidades como: “Jornaes da minha terra”, “Coisas do Passado” ou “História Bairrista”, parecendo ganhar preponderância certas temáticas relacionadas com instituições, imprensa e personalidades ilustres do Porto e arredores. Um maior cuidado e rigor histórico revelava-se pelas entradas inéditas dos colaboradores de sempre e individualidades reputadas como historiadores ou intelectuais: A. de Magalhães Basto, Júlio Dantas, Ruy de Serpa Pinto, Eduardo de Noronha, Armando de Matos, João Chagas, Raul Brandão, A. Pires de Lima, F. Macedo Lopes, Hernâni Monteiro, Alberto Meira, Kol de Alvarenga ou Cláudio Basto. Diversos motivos económicos e pessoais do seu diretor justificaram a suspensão perante o desagrado de um grupo de amigos e redatores, os quais foram reverenciados num número extraordinário em junho de 1928, que ingloriamente intentaram uma campanha de recolha de fundos para assegurar a sua edição e lhe dedicaram um número “in memoriam”, em outubro de 1930. Este mesmo núcleo garantindo o

registro legal de *O Tripeiro* com a constituição de empresa homónima foi responsável pelo lançamento da 4.^a série (1930-1931) do ainda então jornal mensal com 12 novos números e tiragem inferior a uma centena de exemplares, sob direção de Emanuel Ribeiro. No editorial inaugural subscrevem os mesmos princípios basilares de 1908 e a manutenção das principais secções de estudo e de notícias do mensário, prometendo uma maior amplitude no seu programa à cidade e sua área de influência, com uma maior orientação para os capítulos da História, Arqueologia, Urbanismo, Etnografia, Filologia e as Artes na sua globalidade. Daí a maior consistência das entradas nas secções como: “Arquivo nobiliárquico portuense”, “Museu Municipal do Porto”, “Iconografia histórica portuense” ou “Da música portuense”, entre outras, onde assinam esporadicamente: Luís de Pina, Julieta Ferrão, Delfim Santos, Armando Leça, etc. Todavia, o «arquivo das tradições mais gloriosas da mais laboriosa cidade portuguesa» cingiu-se a um singular ano de venda face à sua pouca rentabilidade financeira e receção moderada entre o público generalista em concorrência com outros títulos de maior pendor científico-historiográfico.

Um longo hiato mediou até novo restabelecimento de *O Tripeiro* em 1945, no rescaldo de um fértil contexto cultural e educacional na cidade do Porto, iniciado cerca de uma década antes, com o incremento de uma política municipal que teve como epicentro o Gabinete de História da Cidade e Magalhães Basto como chefe dos Serviços Culturais da vereação. Será a este que o industrial António Sardinha, após compra dos ativos da empresa *O Tripeiro*, dirige o convite para assumir a direção do periódico, naquele que se pode considerar o seu período áureo pela sua longevidade, pertinência e visibilidade, adaptando as suas especificidades ao mercado editorial num tom coloquial e de leitura aprazível pela metamorfose em *O Tripeiro: revista mensal de divulgação e cultura, ao serviço da cidade e do seu progresso* sob o adágio «Do Pôrto – Pelo Pôrto». Ao todo esta 5.^a série (1945-1960) compreende quinze anos com tiragem mensal de 12 números cada, sob um novo layout gráfico da capa e do corpo do texto numa linha mais vanguardista, profusamente ilustrado com diferentes tipos de imagem e organização de índices anuais em diferentes indicadores. O primeiro dos editoriais valida de forma perentória as diretrizes e o programa geral do fundador, afinal enquanto repositório de notícias portugalenses perdurava como publicação única em Portugal, como se uma herança espiritual moldada aos novos requisitos literários e iconográficos do público-leitor. As analogias com 1908 fundem-se igualmente nos princípios capitais de maior destaque para os estudos históricos, colaboradores de idoneidade científica reconhecida, o âmbito histórico-geográfico no Porto e a sua região ou a interligação entre passado, presente e futuro ao comungar que: «a História, memória dos povos, tem um valor prático; ela deve ser considerada, além do mais, como fonte de energias, como imperativo do futuro».

Ao longo desses anos e com a comemoração do seu cinquentenário em 1958, a revista *O Tripeiro* continuou a publicitar artigos e documentos históricos de acervos públicos e particulares de maior credibilidade histórica do que nas séries precedentes, intercalado os estudos historiográficos sérios com

notas de divulgação cultural e recreativa. Dependente quase em exclusivo das suas receitas de venda numa incumbência bairrista e patriótica desvirtuada de interesses políticos e profissionais, nem por isso deixou de compactuar com os propósitos da política ideológica e nacionalista do Estado Novo, valorizando a propaganda da História e da Etnografia na afirmação da identidade e valores portugueses. Secções como: “Figuras portuenses”, “Achegas arqueológicas e iconográficas”, “Da Arte e dos artistas”, “O que deseja saber acerca do Porto?” ou “Comunicações aos leitores” mantêm-se na senda das suas anteriores; a par dos artigos de fundo reservados às primeiras páginas numa imensidão de temas e objetos de estudo com tónica comum portuense ou nortenha: questões e notas do património material, figuras literárias, personalidades categorizadas, instituições públicas e privadas, evolução topográfica e toponímica, eventos citadinos, imprensa, impressões de visitantes estrangeiros, etc. Se em alguns destes se procuram desconstruir velhos mitos historiográficos e propor novas hipóteses e teorias de análise a partir de documentos inéditos e bibliografia recente, algo ainda na ótica das tendências positivista e historicista centrada preferencialmente em episódios que iam dos tempos medievais aos oitocentistas, não se esquece o protagonismo dado às grandes comemorações municipais e nacionais promovidas pelo poder central. Os contactos e prestígio da direção em exercício, liderada por Magalhães Basto e António Cruz, foram determinantes para estas orientações e a abertura da revista a novos intercâmbios científicos: o Centro de Estudos Humanísticos, anexo à U.Porto no qual ambos eram preletores, com académicos das quatro Universidades portuguesas e até permutas com a Universidade de S. Paulo. Entre o rol dos colaboradores mais ativos desta série encontram-se esses membros diretivos e nomes como: Horário Marçal, L. Nunes da Ponte, Flávio Gonçalves, J. A. Pinto Ferreira, M. Cruz Malpique, Hernâni Cidade, Jorge de Sena, Alfredo Ataíde, Mendes Corrêa, Maria Barjona de Freitas, etc. e uma pequena presença de autores estrangeiros: António Castilo de Lucas, Arnold Hawkins ou Lorenzo di Poppa.

O agravamento do estado de saúde de Magalhães Basto e o défice financeiro acumulado anualmente instigaram a nova suspensão de *O Tripeiro* pelo seu proprietário, mas invejável pela sua peculiaridade redatorial e projeção no panorama intelectual portuense, um novo grupo de redatores obteve o aval para relançar a 6.ª série (1961-1974) de *O Tripeiro: revista mensal de divulgação e cultura, ao serviço da cidade e das suas tradições* e sob o lema «Pelo Porto – repositório de notícias portucalenses», sendo que estas nuances distintivas aludem ao refortalecimento do seu pendor histórico e enciclopédico-arquivístico, quiçá perante o anúncio eminente da restauração da Faculdade de Letras na cidade e o ganho de uma historiografia em moldes académico-científicos. Com Eugénio Andrea da Cunha e Freitas como seu quarto diretor manteve-se em publicação os 12 números mensais em treze anos dentro das linhas editoriais já familiares na qual o trabalho de investigação e divulgação da história portuense e a feição literária-cultural persistem como os grandes objetivos, almejando uma maior identificação com as indagações históricas dos leitores, espelhado em novas secções: “Tripeiros de Ontem”, “Ainda se lembra?...”, “Aconteceu há 50

anos...", "O Porto há 100 anos" ou "Tripeiro Camiliano", etc. Por outro lado, diversifica-se o aspeto recreativo com poesias e o documental com a publicação de fontes primárias como atos notariais ou as memórias paroquiais de 1758 do termo do Porto, sucedendo-se números especiais como o de homenagem a Magalhães Basto, a António Nobre, a inauguração da Ponte da Arrábida ou o IV centenário d'"Os Lusíadas". Quanto aos colaboradores dos mais categorizados nas Letras, Ciência e Artes repetem-se muitos deles, desde a equipa redatorial aos mais assíduos como: B. Xavier Coutinho, F. Cyrne de Castro, Guilherme Felgueiras, Damião Peres, José Régio, Cândido dos Santos, Elaine Sanceu e Robert C. Smith. O último número da série foi inteiramente dirigido por António Sardinha que tomou a resolução unilateral de embargar o título pelas razões económicas de sempre, aquiescendo na saída de dois números especiais que encerraram esta 6.ª série: o do VI centenário da Aliança Luso-Britânica e o centenário da Igreja do Bonfim; reaparecendo desde 1981 um sétima série ainda hoje detida e publicada pela Associação Comercial do Porto.

No seu conjunto a vitalidade e sucesso de o periódico *O Tripeiro* explicam-se pela reunião de diferentes cambiantes: o arquivo de um *corpus* documental valioso, a representação do universo portuense e nortenho, a heterogeneidade de valências intelectuais e epistemológicas dos seus colaboradores, a linguagem despretensiosa e apelativa aos diferentes segmentos sociais, a riqueza temática e iconográfica dos assuntos analisados ou o fecundo diálogo de experiências e conhecimentos estabelecido entre redatores, autores e leitores. Dentro das suas muitas idiossincrasias não é fácil identificar as grandes linhas historiográficas num periódico que não as estimulava necessariamente e que em centenas de números os principais temas e problemas tratados eram quase sempre percecionados num contexto de história local e regional: a fundação da nacionalidade, ascensão da burguesia mercantil, expansão marítima, domínio filipino, movimento liberal ou fomento industrial oitocentista, etc.; dando total liberdade a cada autor nas suas exposições, linhas de investigação e conclusões sem suscitar necessariamente grandes debates ou análises contundentes. Tão pouco estabeleceu-se qualquer vínculo cooperativo formal com nenhuma das duas Faculdades de Letras do Porto que detinham as suas próprias revistas para as ciências históricas, exceto na assinatura pontual de alguns artigos por professores e alunos, embora no seu interregno através do Centro de Estudos Humanísticos aparente terem existido mais sinergias através dos seminários de investigação do seu curso de "Estudos Portuenses". Título notável e ímpar pela sua missão editorial e iniciativa privada, a sua relevância justifica-se nas palavras de uma circular de 1928: «*O Tripeiro* é a Bíblia dos Portuenses, é o fio condutor da era presente aos tempos mais remotos, revelando ensinamentos sempre proveitosos».

Bibliografia activa: *O Tripeiro: repositório de notícias portucaleses*: 1.ª série, ano I, n.º 1-36 (1908-1909); ano II, n.º 37-62 (1909-1910); ano III, n.º 73-108 (1910-1913). 2.ª série, ano I, n.º 1-12 (1919). 3.ª



série, n.º único (1925); ano I, n.º 1-24 (1926) ano II, n.º 25-48 (1927), n.º especial 49 (1928) e 50 (1930). 4.ª série, n.º 1-12 (1930-1931). *O Tripeiro: revista mensal de divulgação e cultura, ao serviço da cidade e do seu progresso*: 5.ª série, anos I-XV, n.º 1-12 (1945-1960). *O Tripeiro: revista mensal de divulgação e cultura, ao serviço da cidade e das suas tradições*: 6.ª série, anos I-XIII, n.º 1-12 (1961-1972); n.º especial ano XIII (1973) e XIV (1974).

Bibliografia passiva: Carmo Ferreira, M., *Índice Geral de O Tripeiro: Junho de 1908-Dezembro de 2006*. Porto, Campo das Letras, 2007. Real, Manuel Luís; Braga, Helena Gil; Botelho, Nuno; Vaz, Paulo, *Aconteceu há 100 anos: O Tripeiro (catálogo da exposição)*. Porto, Câmara Municipal do Porto, 2008.

Francisco Miguel Araújo

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE INVESTIGACÃO E INOVAÇÃO

BNP BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA